



Divulgação de Resultados
Press Release 3T21



Statkraft

Statkraft atinge receita líquida R\$ 425,3 milhões e EBITDA de R\$ 318,3 milhões no 9M21

Florianópolis, 10 de novembro de 2021 – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Statkraft” ou “Companhia”), listada na B3 (STKF3), no segmento Básico, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado do 3T21 e 9M21. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 3T20 e 9M20.

1) Destaques do período

- No 9M21 a receita operacional líquida somou R\$ 425,3 milhões, aumento de 20,0%.
- EBITDA totalizou R\$ 318,3 milhões no 9M21, aumento 42,9%, apresentando margem EBITDA de 74,8%.
- As usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020, REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível no montante consolidado de R\$96,4 milhões correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico) da demonstração do resultado. Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10,4 milhões nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia através da equivalência patrimonial deste investimento.
- A produção de energia elétrica no 9M21 totalizou 957,2 GWh, representando uma queda de 17,1% (1.154,1 de 9M20). A variação foi influenciada pela pior hidrologia e indisponibilidade da PCH São João, compensada em parte pela maior geração dos parques eólicos devido a maior disponibilidade e a melhores condições de vento.
- Aumento na compra de energia alinhado com a estratégia de proteção contra o risco hidrológico “GSF” em decorrência da situação da hidrologia, bem como para fins de recomposição de lastro da PCH São João.
- As atividades de recuperação do túnel da PCH São João foram concluídas no mês de outubro de 2021 e o retorno das atividades operacionais é esperada ainda para o ano corrente.
- Atividades de construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia (518,7 MW), na Bahia, em andamento. R\$ 540 milhões de capital social já foram integralizados até outubro de 2021 e R\$ 366 milhões de financiamento de longo prazo desembolsados pelo Banco do Nordeste do Brasil SA – BNB.
- Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, onde consagrou-se vencedora vendendo 30% da energia às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026.

Principais Indicadores	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receita líquida (R\$ mil)	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
EBITDA ICVM 527(R\$ mil)	68.083	171.903	152,5%	222.715	318.263	42,9%
Margem EBITDA (%)	52,1%	94,5%	42,4 p.p	62,8%	74,8%	12,0 p.p
Lucro líquido (R\$ mil)	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	-	-	-	412,6	290,6	-29,6%
Preço bruto (R\$/MWh)	266,85	307,62	15,3%	262,24	287,84	9,8%
Energia gerada (GWh)	451,6	345,8	-23,4%	1.154,1	957,2	-17,1%
* Disponibilidade (%)	92,2	92,5	0,3 p.p	89,1	91,1	2,0 p.p

(*) Média ponderada

Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, eólica e solar.

A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia incluem 14 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 complexo eólico no estado da Bahia formado por 3 usinas, 1 usina eólica no estado de Sergipe, perfazendo capacidade instalada própria de 449,31 MW, além de possuir portfólio de projetos relacionados à energia hidráulica, eólica e solar.

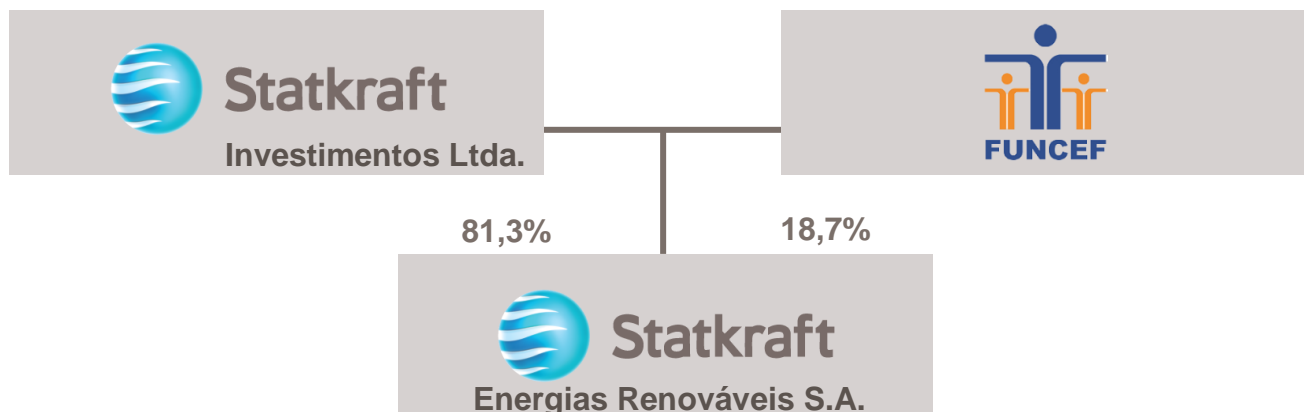
A Companhia iniciou em janeiro de 2021 a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, com capacidade instalada total de 79,8 MW. Como resultado do leilão, os projetos vencedores tiveram 30% da energia vendida às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II configuram como a ampliação do atual complexo eólico da Statkraft em operação, localizados no município de Brotas, estado da Bahia. Atualmente os projetos estão em fase final de desenvolvimento.

1) Nossos acionistas

A Statkraft Energias Renováveis S.A possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.



GRUPO STATKRAFT

No capital da Companhia desde Março de 2012

A Statkraft é uma empresa líder em energia hidrelétrica internacionalmente e a maior geradora de energia renovável da Europa. O grupo produz energia hidrelétrica, energia eólica, energia solar, energia a gás e fornece aquecimento urbano. A Statkraft é uma empresa global em operações no mercado de energia. A Statkraft tem 4.500 funcionários em 17 países.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

FUNCEF

No capital da Companhia desde setembro de 2009

Terceiro maior fundo de pensão do país, com R\$ 66 bilhões em ativos e 135 mil participantes, a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) é uma entidade fechada de previdência e seus participantes são empregados da Caixa Econômica Federal. Tem entre seus valores a transparência, ética, gestão participativa, equidade, profissionalismo, comprometimento e sustentabilidade.

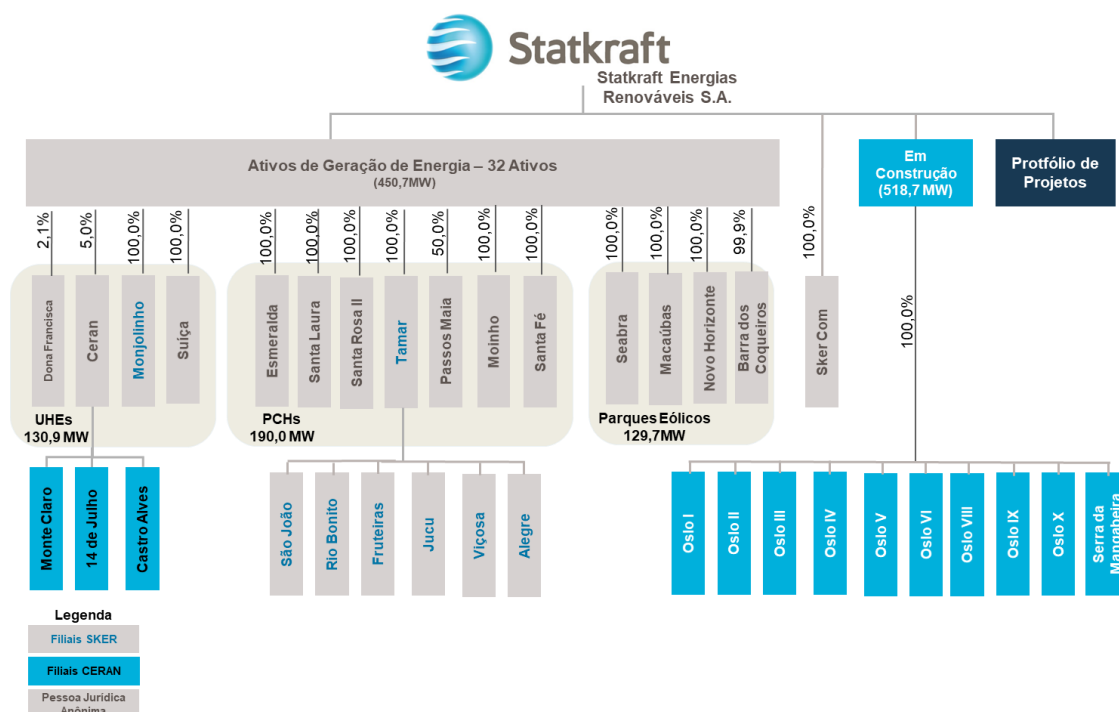
O foco de sua atuação está em garantir a seus participantes e assistidos o pagamento de seus benefícios. Para isto, investe de maneira criteriosa seus recursos, em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e ocorrem sempre de acordo com a sua Política de Investimentos.

Criada em 1977, a FUNCEF tem a Caixa como única patrocinadora. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir o Código Stewardship. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado -, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, Stewardship resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

2) Estrutura Societária da Holding e suas participações

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada de 449,31 MW, compreendendo 22 ativos em operação. Em janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, compreendendo 10 ativos. Adicionalmente, no mês de junho foram estabelecidas 6 novas SPEs que serão responsáveis pela implantação e operação de novos ativos de geração de energia através de fonte eólica, atualmente em estágio avançado de desenvolvimento. Recentemente foi constituída a Statkraft Comercialização de Energia S.A. (SKER COM) criado para facilitar a gestão do portfólio atual de projetos e futuros do pipeline, representando-os contra o mercado, realizando hedges e otimizando o resultado.



Destaca-se que a Companhia participou do leilão A-6 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrido em 18 de outubro de 2019, com seus projetos eólicos.

Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de 97,90 por MWh. Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MWh. (preços com data base de outubro de 2019).

Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica, por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia MME. Como estratégia comercial, a Statkraft comercializará o saldo remanescente da garantia física dos projetos vendidos no leilão, no mercado livre e leilões futuros.

O resultado está alinhado com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados.

No terceiro trimestre de 2020 foi concluída a transferência da concessão da Monel Monjolinho Energética S.A. para a Statkraft Energias Renováveis S.A., que havia sido autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 30 de julho de 2020 por meio da Resolução Autorizativa 9.094/2020, publicada no Diário Oficial da União.

3) Governança corporativa

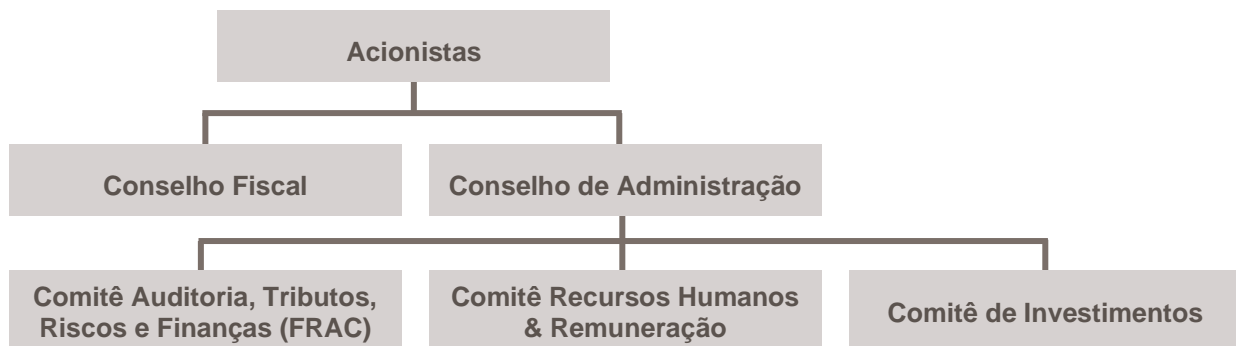
A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa, Área de Relações com Investidores e Área de Compliance com linha de reporte para a Matriz.

A governança corporativa da Statkraft Energias Renováveis S.A. está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente e o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecem uma análise prévia dos assuntos relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft Energias Renováveis S.A.



AÇÕES DE COMPLIANCE

Nos últimos anos, esforços significativos têm sido feitos para construir um programa de *compliance* global forte, visando promover uma cultura ética e assegurar controles internos efetivos. O nosso Programa de Compliance é adaptado ao perfil de risco do Grupo Statkraft, orientado por padrões internacionais (incluindo o *UK Bribery Act*) e aplicado na Statkraft Energias Renováveis S.A. O Programa de Compliance abrange as seguintes áreas: Anticorrupção e Fraude, Lavagem de Dinheiro, Sanções Econômicas e Controle de Exportação, Proteção de Dados Pessoais e Direito da Concorrência.

A atuação de Compliance é a força condutora para uma entrega de excelência e conformidades no Grupo Statkraft. O Programa de Compliance garante um constante desenvolvimento, implementação e melhoria de políticas e procedimento, assessorando e apoiando a sua implementação, com um amplo e robusto *framework* de Compliance, contendo entre outro – análise de riscos de Compliance, avaliações de integridade de terceiros, treinamentos e comunicação, e monitoramento e avaliação contínuos. Esta unidade atua de maneira independente das áreas de negócio e seu reporte é direto para a Matriz Global. No Brasil, a Statkraft Energias Renováveis S.A. conta com uma Gerência Regional de Compliance baseado no escritório de Florianópolis, responsável pelas atividades de Compliance também na região da América Latina.

O nosso Código de Conduta e o Manual de Anticorrupção são um dos documentos mais importantes da área de Compliance. Eles não só estabelecem nosso compromisso fundamental com a integridade empresarial e as expectativas da gestão sobre os empregados da Statkraft, como também encoraja a discussão ativa e aberta sobre os desafios éticos. Estabelecem a nossa prioridade à integridade empresarial e dão suporte aos empregados. No último ano esforços importantes foram implementados na área de Compliance com treinamentos anticorrupção obrigatórios anuais que atingiram a marca de 100% dos empregados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Os esforços de treinamento e comunicação são atividades contínuas do Programa de Compliance da Statkraft.

RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e nesse estágio não é possível prever o resultado final.

Como evento subsequente ao trimestre, em 15 de outubro de 2021 a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados nos processos investigativos da qual faz parte e pagou R\$ 18,019 milhões em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. No atual estágio não é possível prever o resultado para os outros casos relatados.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$ 8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Deloitte não prestou serviços outros além daqueles relacionados à auditoria independente da Companhia.

IMPACTOS DO COVID-19 NAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e, desde então, se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 com um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando (exceto pela PCH São João, cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel) e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida até o 3º trimestre de 2021 no montante de R\$ 425.268 superou em 20% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$ 354.509).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- A tesouraria da SKER gerencia o fluxo de caixa para ter dinheiro suficiente para passar pelo processo da Covid-19.

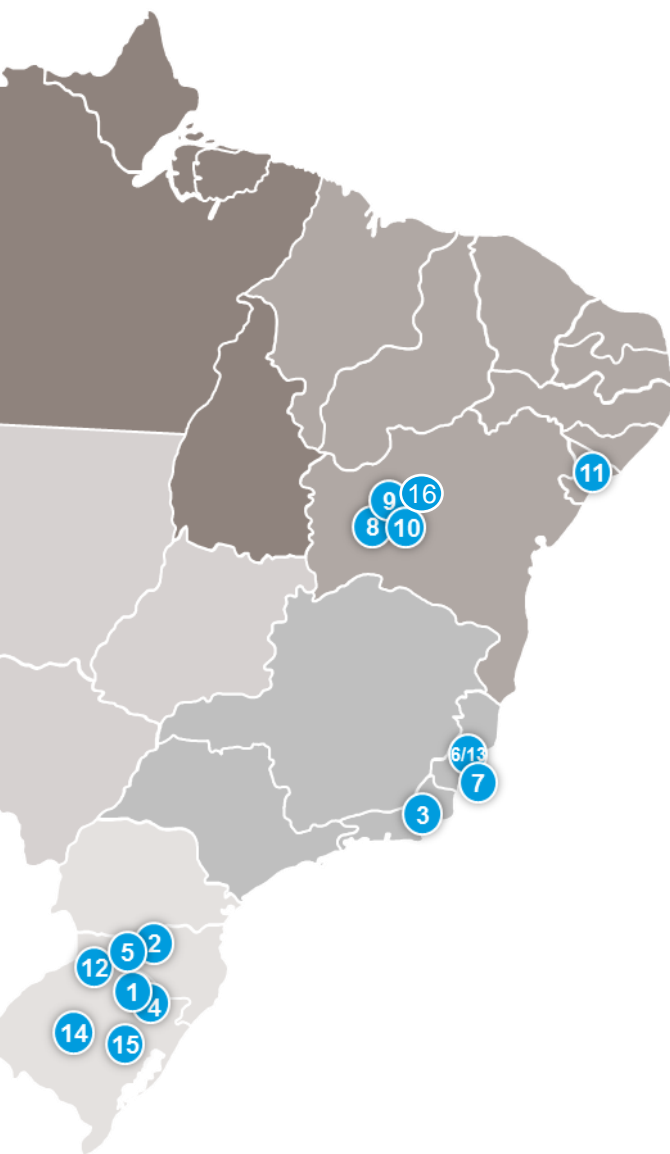
Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia destacamos:

- Reuniões mensais de acompanhamento e acompanhamento semanal com a liderança.
- Aplicação do “Home Office” para as atividades administrativas, com retorno em formato híbrido previsto para o mês de janeiro de 2022, dependendo da evolução de alguns indicadores da pandemia.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma “on-line”.
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

4) Empreendimentos em operação e construção

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 22 empreendimentos em operação (exceto pela PCH São João cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel), com uma capacidade instalada própria de 449,31 MW. No dia 4 de janeiro de 2021 a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, compreendendo 10 ativos.



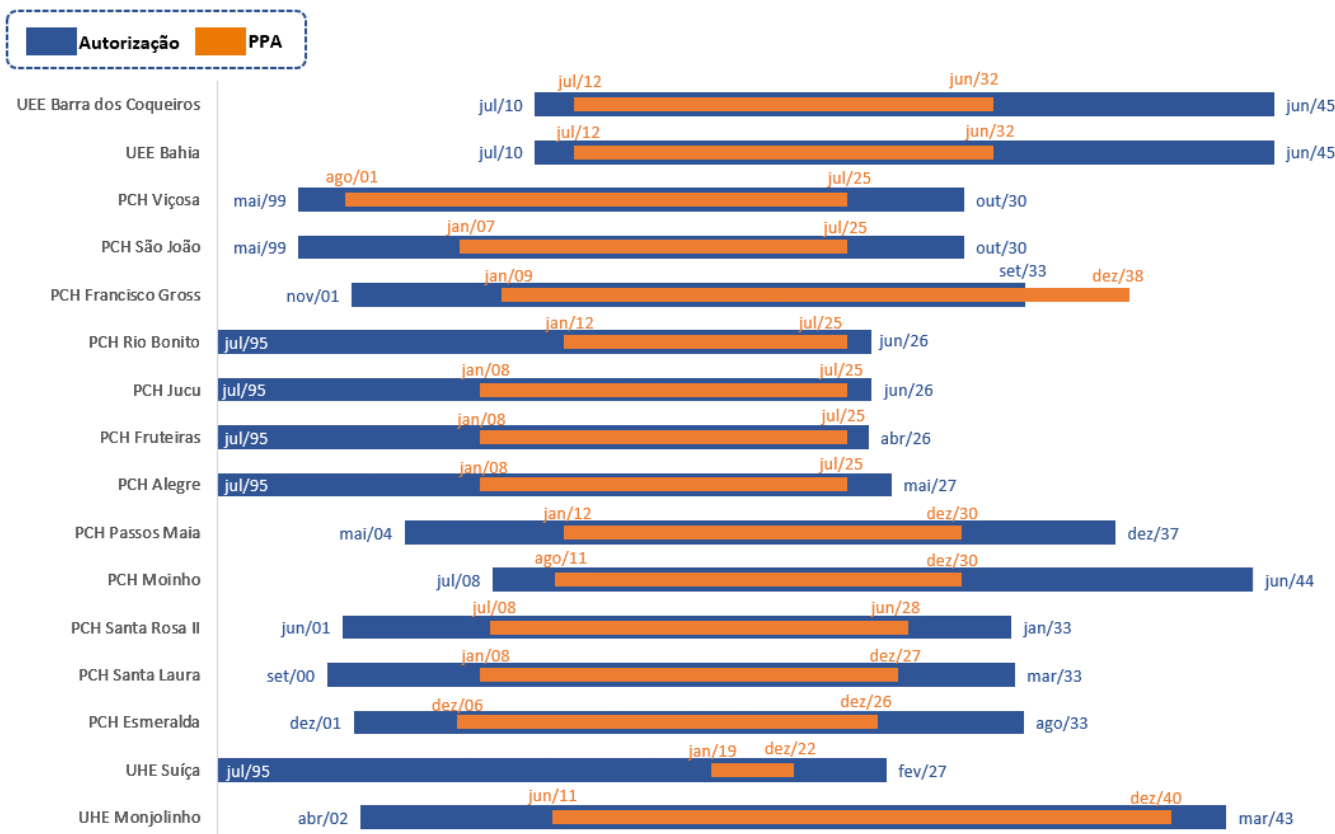
Planta	Participação Statkraft	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	25,0	12,5
6. Tamar			
- PCH Viçosa	100%	4,5	4,5
- PCH São João	100%	25,0	25,0
- PCH Alegre	100%	2,06	2,056
- PCH Fruteiras	100%	8,74	8,74
- PCH Jucu	100%	4,84	4,84
- PCH Rio Bonito	100%	22,5	22,5
7. PCH Santa Fé	100%	29,0	29,0
Geração PCH		202,5	190,04
8. UEE Macaúbas	100%	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	30,06	30,06
11. UEE Barra dos Coqueiros	100%	34,5	34,498
Geração UEE		129,7	129,69
12. UHE Monjolinho	100%	74,0	74,0
13. Tamar – UHE Suíça	100%	35,34	35,337
14. CERAN			
- UHE Monte Claro	5%	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	100,0	5,0
15. UHE Dona Francisca	1,803%	125,0	2,254
Geração UHE		594,3	129,60
Em operação		926,6	449,31
16. Complexo Eólico Ventos de S. Eugenia		518,7	518,7
Em construção		518,7	518,7
Total operação + construção		1.445,3	968,0

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

Parte relevante da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada.

A figura a seguir demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização, já considerando o período de extensão garantido pela lei nº14.052/2020, REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021:

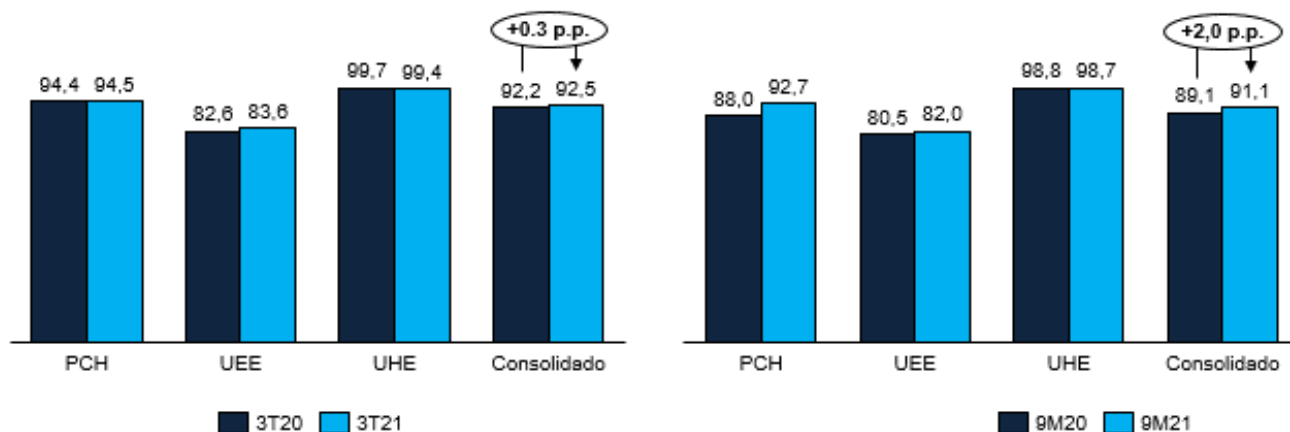


Em sinergia com a empresa comercializadora do Grupo Statkraft no Brasil, a Companhia desenvolve estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços do mercado.

DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

No 3T21 as usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade ponderado de 92,5%, representando um aumento de 0,3 p.p. em comparação com o 3T20. No 9M21 a disponibilidade apurada foi de 91,1%, aumento de 2,0 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando alcançaram disponibilidade de 89,1%. O aumento observado nos períodos citados deve-se, essencialmente, à maior disponibilidade nas pequenas centrais hidrelétricas (PCH), mesmo com a indisponibilidade da PCH São João desde agosto de 2020 em função da recuperação do túnel e também devido a maior disponibilidade do Parque Eólico da Bahia.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional(%)

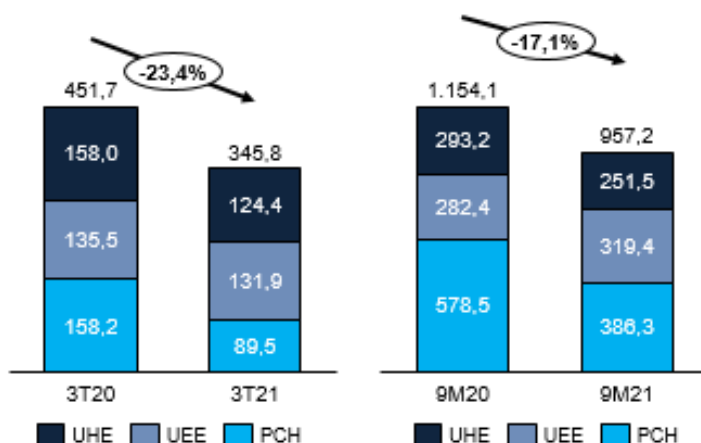


PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 345,8 GWh no 3T21, apresentando queda de 23,4%, na comparação com o 3T20, principalmente por conta do pior cenário hidrológico e da indisponibilidade da PCH São João, atenuado pela maior disponibilidade e maior vento nas eólicas.

No acumulado do ano a produção de energia elétrica das usinas ficou 17,1% abaixo, em função dos mesmos fatores mencionados acima.

Produção de Energia Elétrica (GWh)

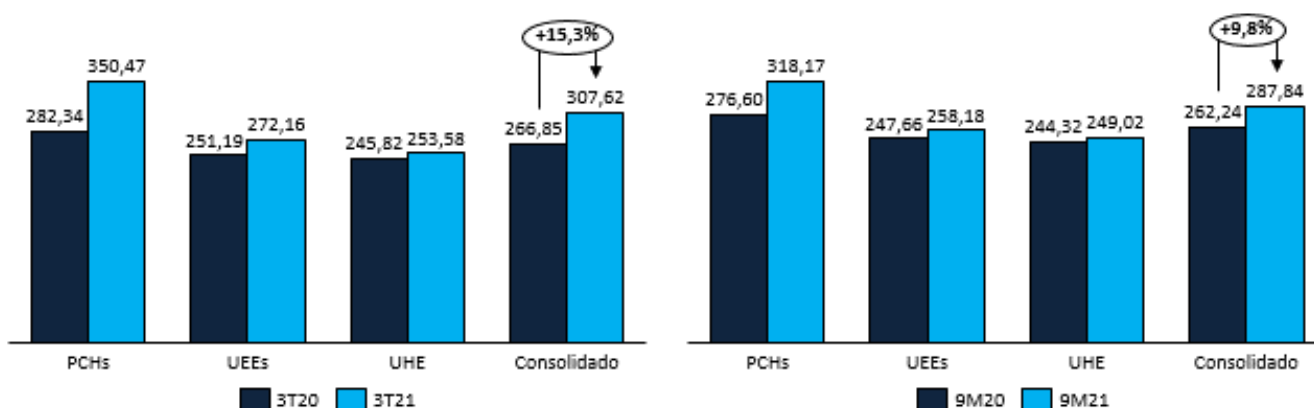


5) Desempenho econômico-financeiro

PREÇO BRUTO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 3T21 o preço bruto médio da energia comercializada foi de R\$ 307,62/MWh, aumento de 15,3% na comparação com o 3T20, quando o preço bruto médio foi de R\$ 266,85/MWh. No acumulado do ano o preço bruto teve variação positiva de 9,8%. O aumento no preço bruto médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos, os quais são basicamente IPCA e IGP-M.

Preço Bruto Médio da Energia Comercializada* (R\$/MWh)



*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T21 a receita operacional líquida somou R\$ 181,9 milhões, 39,2% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2020, quando o valor foi de R\$ 130,7 milhões. No 9M21, a receita operacional líquida somou R\$ 425,3 milhões, 20% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2020.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receita Líquida Total	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
Fornecimento de energia	130.533	181.459	39,0%	354.123	424.598	19,9%
- Contrato de energia de reserva – CER	33.080	31.000	-6,3%	69.500	79.031	13,7%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	32.842	34.815	6,0%	98.437	103.324	5,0%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	24.761	40.117	62,0%	73.445	96.158	30,9%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	26.784	41.404	54,6%	72.190	73.059	1,2%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	22.553	48.073	113,2%	67.454	104.204	54,5%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(9.487)	(14.180)	49,5%	(26.903)	(31.408)	16,7%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	0	230	N/A	0	230	N/A
Outros serviços	132	426	222,7%	386	670	73,6%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em 3T21 houve uma diminuição de R\$ 2,1 milhões devido a menor geração de energia nos parques eólicos. Já no acumulado de 9M21 houve um incremento de R\$ 9,5 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido a resultado da maior geração advinda dos parques eólicos no acumulado do ano e de reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Os aumentos de R\$ 1,7 milhão no 3T21 e de R\$ 4,9 milhões no 9M21 quando comparados com os mesmos períodos de 2020 são, em sua maior parte, decorrentes do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 15,4 milhões no 3T21 e de R\$ 22,6 milhões no 9M21 quando comparados com os mesmos períodos de 2020 deve-se essencialmente ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais aderiram ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 14,7 milhões no 3T21 quando comparado com o 3T20 e o aumento de R\$ 0,9 milhão no acumulado do 9M21 deram-se devido a questões comerciais, estratégia de mercado, operações de hedge além da menor sazonalidade em setembro 2021.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar).

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

Os aumentos de R\$ 25,5 milhões no 3T21 e de R\$ 36,7 milhões no 9M21, quando comparados com os mesmos períodos de 2020, devem-se a questões comerciais e de estratégia de mercado e ao reajuste de inflação vinculados ao IGP-M e IPCA.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

LUCRO BRUTO DE ENERGIA

No 3T21 o Lucro Bruto de Energia somou R\$ 165,5 milhões, representando um aumento de 140,0% na comparação com o 3T20, quando o valor foi de R\$ 69,0 milhões. No acumulado do 9M21 o lucro bruto foi de R\$ 291,7 milhões, um crescimento de 48,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento no Lucro Bruto de Energia é explicado pela repactuação do risco hidrológico que gerou um montante de R\$96,4 milhões 3T21 e no 9M21, conforme explicado a seguir, reduzindo assim o custo do fornecimento de energia.

As usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020, REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível no montante consolidado de R\$96,4 milhões correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico) da demonstração do resultado. Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10,4 milhões nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia através da equivalência patrimonial deste investimento.

As operações de compra de energia estão relacionadas à estratégia de proteção contra o risco hidrológico “GSF” em decorrência da situação hidrológica que afeta grande parte dos geradores, bem como para fins de recomposição de lastro de São João, devido a perda da operação comercial.

Lucro Bruto de Energia (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Lucro Bruto de Energia	68.969	165.534	140,0%	196.073	291.749	48,8%
- Receita Líquida	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
- Custo do Fornecimento de Energia	(60.281)	(14.873)	-75,3%	(154.235)	(129.603)	-16,0%
- Custo dos Serviços Prestados	(1.415)	(1.478)	4,5%	(4.201)	(3.916)	-6,8%
Geração (GWh)	451,6	345,8	-23,4%	1.154,1	957,2	-17,1%
Lucro Bruto de Energia / Geração	152,7	478,7	213,4%	169,9	304,8	79,4%

COMPRA DE ENERGIA

A seguir a abertura das necessidades de compra de energia realizadas em 2021:

Compra de Energia	3T21	9M21
Total de Compra de Energia	(76.196)	(124.058)
- Suprir usina São João	(12.822)	(17.625)
- Mitigar resultado negativo na CCEE	(63.374)	(106.433)

CUSTOS OPERACIONAIS (excluindo a compra de energia)

No 3T21 os custos operacionais, excluindo a compra de energia, somaram R\$ 36,5 milhões, aumento 0,5% na comparação com o 3T20, quando o valor foi de R\$ 36,3 milhões. No 9M21 os custos operacionais totalizaram R\$ 105,8 milhões, uma diminuição de 1,3% em relação ao mesmo período de 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Custo Total	36.339	36.519	0,5%	107.260	105.825	-1,3%
Custo do fornecimento de energia elétrica	34.924	35.041	0,3%	103.059	101.909	-1,1%
- Depreciação e amortização	25.827	25.583	-0,9%	77.407	76.688	-0,9%
- Encargos setoriais	4.632	5.694	22,9%	11.508	15.730	36,7%
- Seguro regulatório	1.077	1.473	36,8%	3.877	4.381	13,0%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	3.388	2.291	-32,4%	10.267	5.110	-50,2%
Custo dos serviços prestados	1.415	1.478	4,5%	4.201	3.916	-6,8%
- Outros serviços	1.415	1.478	4,5%	4.201	3.916	-6,8%

Encargos Setoriais

O aumento de 22,9% em 3T21 quando comparado com 3T20 deu-se, essencialmente, devido ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M. Já o aumento de 36,7% em 9M21 na comparação com o acumulado do ano de 2020 deve-se, principalmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20 e ao reajuste do IGP-M nas tarifas de CCD e CUSD, bem como a revisão tarifária sobre a TUSD.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

No 3T21 e acumulado do ano esta rubrica era composta essencialmente pelo prêmio do seguro contra risco operacional, de responsabilidade civil e construção. A variação observada deve-se essencialmente ao encerramento do contrato de O&M dos parques eólicos da Bahia, cuja atividade foi internalizada ao final de 2020.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

No 3T21 as despesas gerais somaram R\$ 25,2 milhões, diminuição de 19% na comparação com o 3T20. No 9M21 o total de despesas foi de R\$ 65,5 milhões, uma diminuição de 3,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Despesas Gerais (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Despesas Totais	31.143	25.240	-19,0%	67.987	65.529	-3,6%
- Gerais e Administrativas totais	28.759	27.150	-5,6%	69.590	80.851	16,2%
- Salários e encargos	10.008	12.569	25,6%	25.206	32.683	29,7%
- Gerais e administrativas	12.878	9.123	-29,2%	26.607	32.632	22,6%
- Remuneração dos administradores	1.879	1.906	1,4%	6.661	6.634	-0,4%
- Encargos setoriais	1.265	759	-40,0%	4.791	1.624	-66,1%
- Depreciação e amortização	665	832	25,1%	1.894	2.497	31,8%
- Com estudos em desenvolvimento	2.064	1.961	-5,0%	4.431	4.781	7,9%
- Outras despesas (receitas)	2.384	(1.910)	-180,1%	(1.603)	(15.322)	855,8%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Salários e encargos

As variações observadas no 3T21 e no acumulado do ano devem-se, essencialmente, ao crescimento do total de funcionários, ao acordo coletivo e a revisão no cálculo da participação de lucros e resultados.

Gerais e administrativas

No 3T21 houve uma diminuição de R\$ 3,7 milhões em relação à 3T20 devido à redução dos gastos com terceiros, materiais e com taxas. Já no acumulado do 9M21 houve um aumento de R\$ 6,0 milhões, quando comparado com 9M20, devido às obras para recuperação do túnel da PCH São João e as despesas com licenças e permissões ambientais para a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. No 3T21 os valores apurados, apresentaram aumento de 1,4% decorrente do reajuste de inflação, parcialmente compensando pelo menor número de diretores estatutários, na comparação com mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano a variação negativa de 0,4%.

Encargos Setoriais

A variação observada no trimestre e no acumulado do ano devem-se, essencialmente por menores despesas com CFURH na Monel e Tamar, em linha com a menor produção. O acumulado 9M21, além da explicação acima, é também impactado pela diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20.

Estudos e Desenvolvimento

No 3T21 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou uma receita de R\$1,9 milhão no 3T21 e R\$15,3 milhões no 9M21, este último composto sobretudo por R\$ 8,8 milhões de receitas não recorrentes referentes a acordos com terceiros e pelo reconhecimento de R\$ 7,7 milhões referentes a reembolsos de sinistros e indenizações.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 3T21 o resultado de participação societárias totalizou ganho de R\$ 5,2 milhões, enquanto no mesmo período de 2020 o valor apurado foi equivalente a um ganho de R\$ 3,8 milhões. No 9M21 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 12,9 milhões contra um ganho de R\$ 15,3 milhões para o mesmo período em 2020. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
- Equivalência patrimonial	3.553	4.918	38,4%	13.314	12.115	-9,0%
- Dividendos auferidos	212	276	30,2%	2.014	743	N/A
Resultado de participações	3.765	5.194	38%	15.328	12.858	-16%

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), sendo as variações decorrentes dos efeitos do cenário hidrológico além de positivamente afetada pela da adesão a lei 14.052/2020 (repactuação do Risco Hidrológico).

Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

RESULTADO FINANCEIRO

No 3T21 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 6,7 milhões, diminuição de R\$ 9,7 milhões na comparação com o mesmo período de 2020, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 16,4 milhões. No 9M21 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 28,7 milhões que representa uma diminuição de 23% em relação ao mesmo período de 2020.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receitas financeiras	3.092	8.076	161,2%	10.352	23.910	131,0%
- Com aplicações financeiras	2.957	7.612	157,4%	8.895	14.409	62,0%
- Variação monetária ativa	76	179	135,5%	1.382	285	-79,4%
- Juros sobre contrato de mútuo	61	0	-100,0%	61	95	55,7%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	0	0	N/A	0	8.814	N/A
- Outras receitas financeiras	(2)	285	14350,0%	14	307	2092,9%
Despesas financeiras	(19.472)	(14.782)	-24,1%	(47.564)	(52.565)	10,5%
- Com financiamentos	(3.429)	(8.876)	158,9%	(22.307)	(24.733)	10,9%
- Comissão de fiança e garantias	0	0	N/A	(13)	0	-100,0%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(283)	(482)	70,3%	(856)	(1.031)	20,4%
- Variação monetária passiva	(253)	(17)	-93,3%	(352)	(151)	-57,1%
- Concessões a pagar e outras despesas	(10.563)	(3.514)	-66,7%	(17.260)	(21.924)	27,0%
- Juros sobre contrato de mútuo	15	(291)	2040,0%	(217)	(359)	65,4%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(276)	(309)	12,0%	(853)	(955)	12,0%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.147)	(337)	-70,6%	(1.524)	(958)	-37,1%
- Outras despesas financeiras	(3.536)	(956)	-73,0%	(4.182)	(2.454)	-41,3%
Resultado Financeiro	(16.380)	(6.706)	-59,1%	(37.212)	(28.655)	-23,0%

Receitas Financeiras

No 3T21 as receitas financeiras atingiram R\$ 8,1 milhões, representando aumento de R\$ 5,0 milhões na comparação com o 3T20. Tal variação é decorrente, principalmente, do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período. No 9M21 a variação positiva de R\$ 13,6 milhões é explicada, sobretudo, pelo reconhecimento da atualização monetária do resultado arbitral da PCH Moinho, em R\$ 8,8 milhões e pelo rendimento sobre aplicações financeiras.

Despesas Financeiras

No 3T21 as despesas financeiras totalizaram R\$14,8 milhões (queda de 24,1% na comparação com 3T20) devido a diminuição da linha de concessões a pagar (diminuição de R\$ 7,0 milhões), também puxada para baixo na queda de outras despesas financeiras (diminuição de R\$ 2,6 milhões). Em contrapartida a despesa com financiamentos teve aumento de R\$ 5,4 milhões. No 9M21 as despesas financeiras atingiram R\$ 52,6 milhões apresentando aumento de R\$ 5,0 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior, devido à variação sobre concessões a pagar em função da curva de IGP-M apurado no período e o aumento das despesas com financiamentos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER, SKER COM e Enex. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No acumulado do ano o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 22,3 milhões, sendo R\$ 4,5 milhões referente ao resultado arbitral da PCH Moinho, além de renegociação do risco hidrológico - GSF (- R\$ 22,7 milhões), parcialmente compensado pelo imposto diferido ao ajuste pelo valor justo do CERAN e DFESA (R\$ 12,1 milhões) e a mais valia de Santa Fé (R\$ 2,9 milhões).

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No acumulado do ano as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 173 mil, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

No 3T21 foi registrado lucro líquido de R\$ 126,2 milhões, comparado ao resultado de R\$ 23,5 milhões registrados no 3T20, houve um aumento de 435,9%. No 9M21 o lucro líquido foi de R\$ 188,0 milhões contra R\$ 93,2 milhões de 2020, um aumento de 101,8%.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 172,0 milhões no 3T21, apresentando um crescimento de 152,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou aumento de 42,4 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 52,1% para 94,5% da receita operacional líquida. No 9M21 o EBITDA alcançou R\$ 318,3 milhões, um aumento de 42,9% em relação aos R\$ 222,7 milhões alcançados no mesmo período de 2020.

EBITDA (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	1.579	12.404	685,6%	12.883	22.275	72,9%
(+) Despesas financeiras líquidas	16.380	6.706	-59,1%	37.212	28.655	-23,0%
(+) Depreciação, amortização	26.492	26.415	-0,3%	79.301	79.185	-0,1%
(+) Operação descontinuada	79	166	110,1%	157	173	N/A
EBITDA – ICVM nº 527	68.083	171.903	152,5%	222.715	318.263	42,9%
Receita Líquida	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
Margem EBITDA (%)	52,1%	94,5%	42,4 p.p	62,8%	74,8%	12,0 p.p

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

6) Perfil do endividamento

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 2T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (*liability management*), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

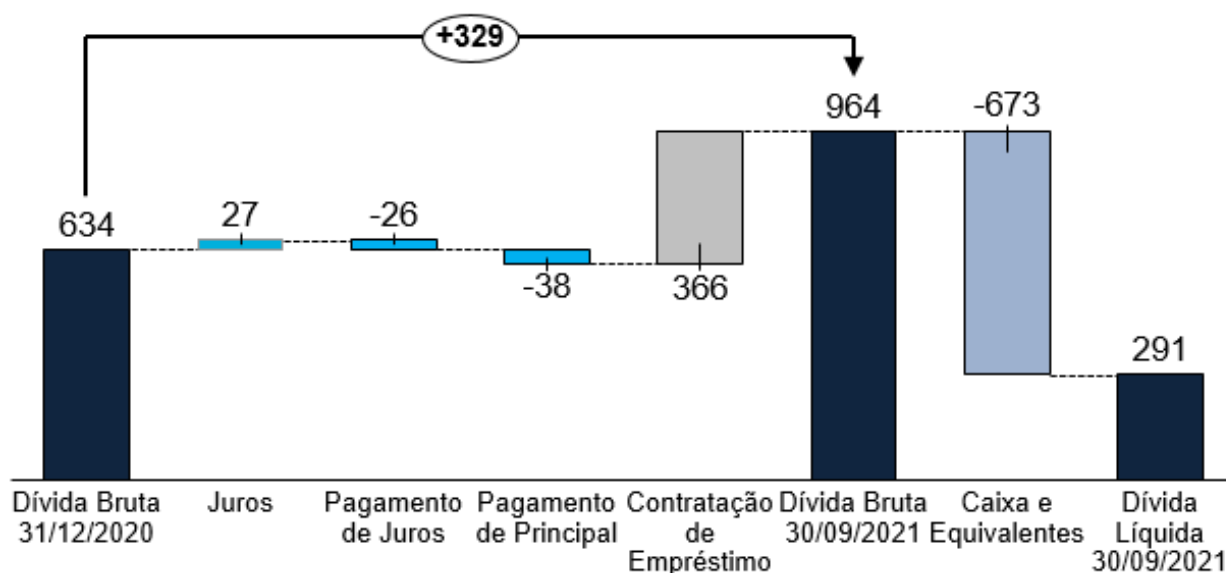
Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.063 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio dessa captação é de 1,25% a.a. adicionado ao IPCA. Os dois primeiros desembolsos no total de R\$ 366 milhões foram recebidos em junho e setembro de 2021.

Em 30 de setembro de 2021 a dívida líquida somava R\$ 290,6 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

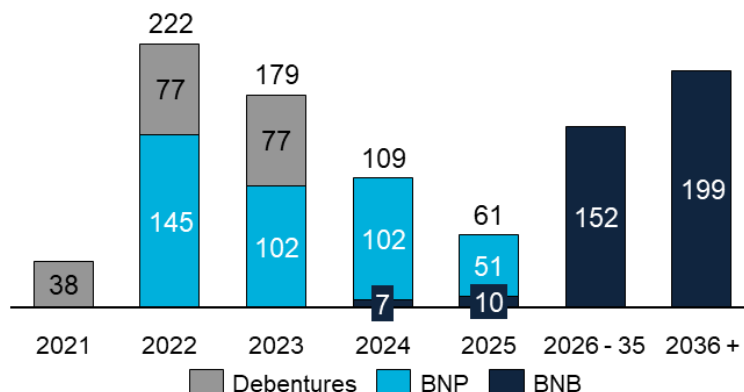
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro 2020	30 de setembro de 2021	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	634.448	963.661	329.213	51,9%
- Financiamento de Obras - BNB	0	368.388	368.388	N/A
- Debêntures	228.233	193.311	(34.922)	-15,3%
- Outros Empréstimos	406.215	401.962	(4.253)	-1,0%
Caixa e aplicações financeiras	235.645	673.092	437.447	185,6%
Dívida líquida	398.803	290.569	(108.234)	-27,1%
EBITDA (últimos 12 meses)	236.101	331.715	95.614	40,5%
Dívida líquida / EBITDA	1,7	0,9	-0,8	-48,1%

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário da Companhia cresceu em R\$ 329 milhões, crescimento explicado pelo recebimento de dois desembolsos junto ao BNB, atenuado pela amortização da primeira parcela do principal da debênture no valor de R\$ 38 milhões e pelo pagamento de juros.

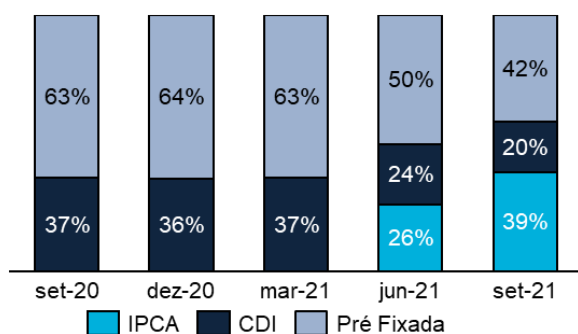


O cronograma de amortização do endividamento, em 30 de setembro de 2021, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

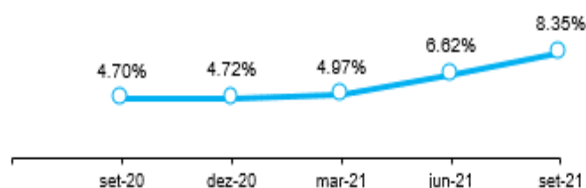


Em setembro de 2021, a participação do dívida atrelada ao CDI era de 20%, representada pelas debêntures, ante a 42% da pré-fixada, representada pelas dívidas contratadas no 1T20 e no 3T20 junto ao BNP e 39% atreladas ao IPCA, representados pelas dívidas contratadas no 2T21 e 3T21 junto ao BNB.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador

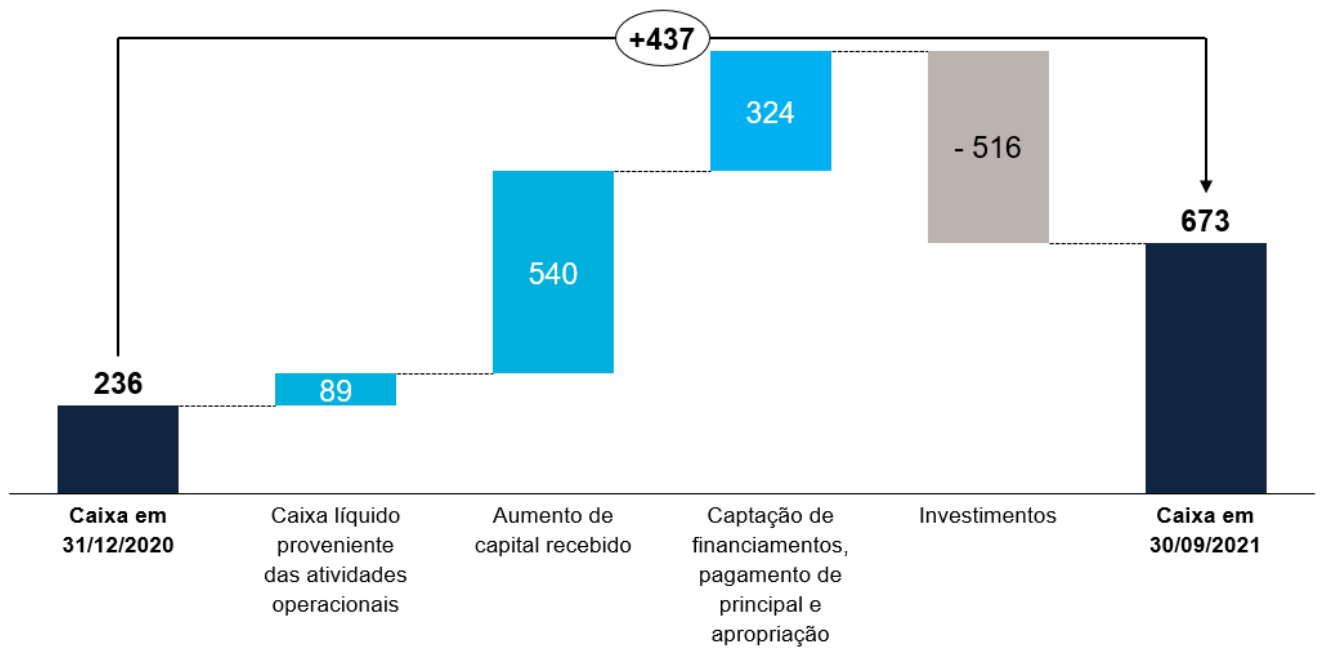


Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 437 milhões, sendo R\$ 8,9 milhões em saldo de aplicação financeira restrita vinculado ao financiamento do BNB, encerrando o período findo em 30 de setembro com caixa e equivalentes de R\$ 673,1 milhões.

A geração líquida de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 89,5 milhões, os aumentos de capital recebidos no montante de R\$ 540 milhões e o recebimento dos desembolsos do BNB para o aumento da posição de caixa, atenuados pelos investimentos em imobilizado realizados no período no valor de R\$ 516 milhões, especialmente para as obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, na Bahia.



7) Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL – Ativo (R\$ MIL):

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	Var. %
Circulante	324.871	771.893	137,6%
Caixa e equivalentes de caixa	235.645	664.141	181,8%
Contas a receber	54.730	65.916	20,4%
Dividendos a receber	3.604	0	-100,0%
Estoques	2.179	4.770	118,9%
Tributos a recuperar	17.297	19.883	15,0%
Repactuação do risco hidrológico	884	948	7,2%
Outros ativos	10.532	16.235	54,1%
Não Circulante	2.022.921	2.639.341	30,5%
Aplicação financeira restrita	0	8.951	N/A
Contas a receber	9.550	20.363	113,2%
Partes relacionadas	0	0	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	180	0,0%
Repactuação do risco hidrológico	3.668	2.949	-19,6%
Outros ativos	5.995	5.286	-11,8%
Propriedades para investimento	19.092	19.092	0,0%
Operações descontinuadas	1.992	1.820	-8,6%
Investimentos ao valor justo	40.476	93.133	130,1%
Investimentos	48.714	51.933	6,6%
Imobilizado	1.561.815	2.023.644	29,6%
Intangível	331.439	411.990	24,3%
Total Ativo	2.347.792	3.411.234	45,3%

- BALANÇO PATRIMONIAL – Passivo/Patrimônio líquido (R\$ MIL):**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	Var. %
Circulante	306.640	397.595	29,7%
Fornecedores	124.009	42.620	-65,6%
Financiamentos e debêntures	82.413	232.278	181,8%
Partes relacionadas	58.972	67.410	14,3%
Concessões a pagar	11.537	14.468	25,4%
Salários e encargos sociais	8.556	13.122	53,4%
Arrendamentos	3.796	4.278	12,7%
Tributos a recolher	4.032	6.147	52,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.816	4.474	146,4%
Dividendos a pagar	2.826	0	-100,0%
Outros passivos	8.683	12.798	47,4%
Não Circulante	720.050	926.982	28,7%
Financiamentos e debêntures	552.035	731.383	32,5%
Concessões a pagar	85.050	97.153	14,2%
Tributos a recolher	349	743	112,9%
Imposto de renda e contribuição social	294	627	113,3%
Provisão para remoção de imobilizado	10.866	11.532	6,1%
Arrendamentos	13.275	12.933	-2,6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	38.216	26.684	-30,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.544	43.125	145,8%
Outros passivos	2.421	2.802	15,7%
Total Passivo	1.026.690	1.324.577	29,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.321.102	2.086.657	57,9%
Capital social	1.131.910	1.671.910	47,7%
Reservas de Lucros	158.036	160.863	1,8%
Ajuste de avaliação patrimonial	31.149	65.902	111,6%
Lucros acumulados	0	187.975	N/A
Participação de não controladores	7	7	0,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.347.792	3.411.234	45,3%

• **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):**

R\$ mil	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receita líquida	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(60.281)	(14.873)	-75,3%	(154.235)	(129.603)	-16,0%
Custo dos serviços prestados	(1.415)	(1.478)	4,5%	(4.201)	(3.916)	-6,8%
Lucro bruto	68.969	165.534	140,0%	196.073	291.749	48,8%
Gerais e administrativas	(28.759)	(27.150)	-5,6%	(69.590)	(80.851)	16,2%
Outras (despesas) receitas	(2.384)	1.910	-180,1%	1.603	15.322	855,8%
Equivalência patrimonial	3.553	4.918	38,4%	13.314	12.115	-9,0%
Dividendos auferidos	212	276	30,2%	2.014	743	-63,1%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	41.591	145.488	249,8%	143.414	239.078	66,7%
Resultado financeiro	(16.380)	(6.706)	-59,1%	(37.212)	(28.655)	-23,0%
Despesas financeiras	(19.472)	(14.782)	-24,1%	(47.564)	(52.565)	10,5%
Receitas Financeiras	3.092	8.076	161,2%	10.352	23.910	131,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.211	138.782	450,5%	106.202	210.423	98,1%
Imposto de renda e contribuição social	(1.579)	(12.404)	685,6%	(12.883)	(22.275)	72,9%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(79)	(166)	110,1%	(157)	(173)	10,2%
Lucro líquido do período	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
Acionistas da Controladora	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-